

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 74/2022

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2022

**DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SOBRE O JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE AO EDITAL
SUPRAMENCIONADO, INTERPOSTO PELA EMPRESA: VINCULO
CONSTRUÇÕES LTDA.**

1. DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO

As razões do recurso foram encaminhadas pela empresa **VINCULO CONSTRUÇÕES LTDA** e recebida pela Comissão de licitações para análise no dia **08 de julho de 2022** e protocolado pelo setor de protocolos da Prefeitura sob nº **753/2022** às **14h:39min**.

Também diante do que se expõe, a comissão de licitação analisando o parecer jurídico e acatando, manifesta-se pelo indeferimento das razões recursais da empresa acima citada e mantém a classificação da empresa **MAICON ALVES PADILHA-ME**. Segue anexo parecer jurídico.

Ipumirim-SC, 19 de julho de 2022

**JUCILENE GOLDONI CALIARI
PREGOEIRA**

**LAUDECI FRANCIO
EQUIPE DE APOIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
ASSESSORIA JURÍDICA

Objeto: Edital de Tomada de Preços n. 8/2022

Assunto: recurso administrativo – requer a inabilitação da empresa Maicon Alves Padilha

Ao setor de compras:

Trata-se de recurso administrativo tempestivamente protocolizado pela licitante Vínculo Engenharia Ltda. aduzindo que a empresa licitante e vencedora do certame - Maicon Alves Padilha, deixou de atender a exigência contida no item 6.10, ao não ter cotado a marca do produto, assim como também estabeleceu prazo para a conclusão da obra diverso daquele fixado, qual seja, 60 dias, tendo apresentado cronograma físico-financeiro com prazo de 90 dias para execução, razão pela qual requer sua inabilitação no certame.

Solicitado a se manifestar, o Fiscal de Obras do Município Arq. e Urb. Rafael Lisboa Mothcy, foi taxativo dizendo que o recurso deve ser indeferido em relação a empresa de ter deixado de cotar a marca do produto, haja visto que o edital assim não exige.

A empresa recorrida foi cientificada do recurso.

Apresentou razões recursais dizendo em breve síntese que o edital não impõe a obrigação de especificar a marca do produto, sendo a exigência facultativa.


Da leitura do item 6.10, do edital, não é possível concluir que ele obriga a licitante de especificar a marca do produto cotado, circunstância que faz com que em relação esta alegação o recurso seja indeferido.

No tocante ao prazo de execução da obra, a empresa recorrida alega que fixou o prazo conforme o edital.

Melhor sorte não assiste à recorrente também em relação a este item do recurso.

Ocorre que, mesmo tendo a empresa Maicon Alves Padilha, consignado prazo de execução da obra diferente daquele estabelecido no edital e na minuta do contrato, é evidente que será observado este prazo e não aquele indicado pela empresa recorrida, de modo que em relação a este item o recurso também é indeferido.

Em hipótese alguma poderá ser entendido que a administração estará descumprindo as regras do edital e da lei licitatória, caracterizando ofensa ao princípio da legalidade e da vinculação ao ato convocatório, quando, como é



o caso, nenhuma relevância tem a fixação do prazo diverso daquele estabelecido no edital, uma vez que, como dito, o prazo a ser observado é aquele fixado no edital e no contrato, evitando o formalismo exagerado.

Em verdade, neste caso, deve ser prestigiado o princípio da proposta mais vantajosa para administração.

À luz do acima exposto, opinamos pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado pela licitante Vínculo Engenharia Ltda..

Ipumirim-SC, 19 de julho de 2022.

Neudi Luiz Rizzo
OAB/SC 12286